

Sammy

Aprender da História

É difícil para o presidente de um país cujos governos seguidamente vêm renunciando, no plano da política internacional, a enfrentar as realidades da *Realpolitik* afastar-se, em seus pronunciamentos, do lugar-comum do primado do Direito sobre a força, do quadro moralmente deprimente que é o da fome que se estende pelo mundo em meio à abundância de alguns poucos países, do cálculo de quanto se poderia destinar aos miseráveis e aos famélicos da Terra se se suspendesse a corrida armamentista. Quem não cultua — por não apreciá-la e por não ter os meios para tanto — a política do poder só pode ficar nas afirmações genéricas e moralizantes, as quais, ainda que não sofram a oposição de pessoa ou governo, em nada contribuem para alterar as condições reais de existência. Sua ação se compara à da água que de tanto bater na pedra dura acaba por afetá-la. Sem dúvida, o discurso moralizante — à custa de repetir-se seguidamente — acaba alterando as relações de poder; não impede, no entanto, que estas últimas se imponham sempre, mesmo nos casos de maior sofisticação, quando palavras mais suaves encobrem a dura verdade dos fatos.

O presidente José Sarney não poderia fugir a essa realidade: desde que o Itamaraty houve por bem estabelecer que o Brasil é do Terceiro Mundo e condenar pelas palavras de Araújo Castro a divisão do mundo entre os dois supergrandes, a política externa brasileira só pode — e não tem como não fazê-lo — cingir-se à retórica; isso implica a aceitação de reduzir cada vez mais a possibilidade de manobra diante dos “grandes”, embora receba o aplauso da América Latina, que aprecia o belo discurso sobre princípios, talvez porque saiba que não conduz a nada.

Cada presidente, desde o sr. Jânio Quadros (de curta passagem pela chefia da Nação), tímbrou em dar um nome à sua política externa. No período dito autoritário, de nada valeu o presidente Castello Branco dizer que país soberano só pode ter política externa independente, donde ser ridículo, senão denunciador de subserviência, insistir em rotular como independente a grande estratégia. A lição do primeiro presidente do ciclo militar de pouco adiantou: após o “universalismo” de Figueiredo — Guerreiro,

pendente, dinâmica e voltada para a solução das questões internacionais de conteúdo social”. Num ponto, o presidente Sarney tem razão em seu discurso: a retórica externa acompanha a interna. O Brasil, oitava economia do mundo e quinta massa territorial do orbe terrestre, não se preocupa com as questões de poder — talvez porque não o possua para afirmar sua vocação; cuida apenas de dar solução às questões sociais no plano internacional. Acontece, porém, que a solução das questões sociais passa por uma outra, que é própria do campo da *Realpolitik*: o conflito Leste—Oeste e o desarmamento. Onde...

Lançadas as premissas, o discurso do sr. José Sarney prima pela coerência, embora o mesmo não se possa dizer de seu estilo, muito ao gosto, seguramente, de alguns hispano-americanos preocupados mais com as frases de efeito do que com a eficácia. Essa coerência, no entanto, não é nova, nem no discurso do Itamaraty depois de Costa e Silva (vale dizer de Magalhães Pinto) nem nas falas que se ouvem nas Nações Unidas. Nos anos 50, a grande temática na ONU era o desarmamento e a relação que se podia estabelecer entre os gastos com armas e a fome mundial. Depois, quando a Cepal passou a ter influência, foi a vez dos termos de intercâmbio, sempre e sempre, cada vez mais prejudicando os países exportadores de matérias-primas e favorecendo os que exportam trabalho sob a forma de produtos manufaturados (caso do Brasil, hoje...). Após 1955, quando o colonialismo entrou em crise fatal, foi a retórica da descolonização; na década dos 70, a condenação do *apartheid* e a tentativa palavrosa — não caberia outro qualificativo — de resolver o conflito árabe-israelense sem alterar coisa alguma e dar o possível aos palestinos; nos anos 80, a ênfase no Terceiro Mundo, na discussão Norte—Sul e no distanciamento do conflito Leste—Oeste. Todos esses pontos o presidente Sarney os discutiu com a proficiência do Itamaraty, voltado para a obtenção de resultados e preocupado em não se vincular aos Estados Unidos, ou à União Soviética, embora dependendo, para o equilíbrio da balança comercial brasileira, da abertura dos mercados norte-americanos e europeus. Ressalte-se, a esse propósito, que o presidente Sarney inova: restrições alfandegárias para proteger indústrias

obsoletas no mundo industrializado são incompatíveis com a moral internacional; restrições alfandegárias para garantir o desenvolvimento de indústrias de tecnologia de ponta são perfeitamente normais e defensáveis, quando adotadas pelos países em desenvolvimento.

O que há de significativo no discurso do presidente da República perante a Assembleia Geral da ONU é fazer-se s. exa. porta-voz dos presidentes da Venezuela e do México. Porta-voz talvez seja expressão forte demais, pois em momento algum da fala presidencial se pode perceber essa intenção; no entanto, toda ela é dedicada a problemas comuns aos três países e a mensagem que o presidente do Brasil transmite é, sem sombra de dúvida, a de todos os que, na América Latina, não sabem como fazer para resgatar os compromissos herdados do passado. É difícil opor argumentos técnicos à retórica emocional do presidente Sarney; torna-se quase impossível contrapor alguma coisa às suas ponderações sobre a necessidade de os países industrializados — assim como os Estados Unidos o fizeram logo depois da guerra com relação à Europa — proverem condições para que a revolução social não se instale nas Américas em consequência de política de reajustamento interno que transforma toda a poupança acumulada na balança comercial em juros de um principal que não se pagará jamais.

A questão, no entanto, é ver que os ministros dos países industrializados não estão preocupados com esses temas que o presidente José Sarney volta a suscitar — sinal evidente de que muitos bancos estrangeiros podem suportar um *default*. Que os países industrializados não estão preocupados com a ameaça da revolução social na América Latina mostra-o o fato de se reunirem seus ministros da Fazenda para discutir a desvalorização do dólar, não a dívida externa latino-americana.

Num mundo em que os “grandes” decidem o que lhes é conveniente ou não, o destino dos países em desenvolvimento que se recusam a aceitar as lições de *Realpolitik* é falar na ONU e sofrer as consequências de uma política que todos sabem insana, mas que não se altera desde 1945. Não será tempo de aprendermos as lições da História?